

## OS FRANCOS

*“A Carlos Augusto, coroado por Deus, grande e pacífico imperador dos romanos, vida e vitória.”*<sup>8</sup>

Leão III, papa, ao coroar Carlos Magno imperador dos romanos

No natal do ano 800, na Basílica de São Pedro, o papa Leão III coroou Carlos Magno (rei franco) imperador dos romanos. Com esse ato, o pontífice pretendia fazer reviver o antigo Império Romano do Ocidente, unindo a Europa sob a liderança de um monarca cristão.

Carlos Magno tornou-se rei dos francos em 768; ao longo do seu reinado, que perdurou até 814, expandiu seu reino e propagou o Cristianismo, terminando por unificar a Europa centro-ocidental. Suas vitórias uniram o legado greco-romano ao pensamento cristão e aos costumes dos povos germânicos, contribuindo para a formação da Civilização Ocidental.

No século V, os francos, provenientes de territórios hoje pertencentes à Bélgica, estabeleceram-se, na condição de aliados de Roma, no norte da atual França, na época território do Império Romano. Aproveitando-se da desintegração do Império Romano, os francos constituíram seu próprio reino. Após serem unificados por um jovem rei chamado Clóvis (465-511), ampliaram seus domínios vencendo diversos povos, entre estes, romanos, visigodos e burgúndios. Em 560, dominavam grande parte dos territórios atualmente pertencentes à França e à Alemanha.

Em 496, Clóvis converteu-se ao Cristianismo, selando uma aliança que era proveitosa tanto para a monarquia franca como para Igreja. O apoio da Igreja dava legitimidade espiritual ao poder temporal dos reis francos; em contrapartida, estes concediam àquela liberdade para cristianizar seus súditos.

A partir do século VII, passaram a governar os francos uma série de monarcas que ficariam conhecidos como “reis ociosos”. Esses reis gradativamente delegaram a assessores, conhecidos como prefeitos de palácio (major domus), a administração do reino. Dessa forma, o poder de fato passou a ser exercido pelos prefeitos, perdendo os soberanos sua autoridade.

Um prefeito de palácio chamado Pepino de Herstal tornou o cargo hereditário, passando-o a seu filho Carlos Martel. Em 732, este comandou as tropas francas que derrotaram uma ofensiva árabe na Batalha de Poitiers, livrando a Europa Centro-Occidental da dominação muçulmana.

---

<sup>8</sup> apud MELLO; COSTA, 1985, p. 226.

BATALHA DE POITIERS (TOURS)	
<p>O diagrama ilustra a batalha de Poitiers (Tours) em 732. No topo, uma barra vermelha rotulada com o número 2 representa as forças dos mouros. No fundo, uma barra verde rotulada com o número 1 representa a formação franca. Três setas vermelhas descendentes, rotuladas com o número 3, indicam os ataques dos mouros contra a formação franca.</p>	<p>LEGENDA</p> <p><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: green; margin-right: 5px;"></span> FRANCOS</p> <p><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: red; margin-right: 5px;"></span> MOUROS</p>
<p>Em 732, em uma planície situada entre Poitiers e Tours, um exército franco, liderado por Carlos Martel, enfrentou mouros, comandados por Abd ar Rahman. Segundo relatos da época, os contendores contavam com mais de 50 mil combatentes. Em questão estava a sobrevivência da Civilização Ocidental em face do avanço islâmico. A cavalaria pesada era o principal componente das forças de Carlos Martel. Os mouros tinham como principal trunfo a cavalaria leve. Carlos Martel constatou que sua cavalaria pesada e sua infantaria não tinham mobilidade suficiente para desferir ataques decisivos contra os mouros. Ordenou, então, que sua cavalaria pesada desmontasse e se juntasse à infantaria em uma formação densa que fazia lembrar uma falange (1). Os mouros (2) tomaram a iniciativa arremetendo por diversas vezes suas forças sobre a formação franca (3), que manteve-se na posição, repelindo os ataques. O combate durou entre 2 e 5 dias. Os mouros não demonstravam em suas investidas ter poder de choque suficiente para desarticular a barreira franca, formada por homens equipados com armaduras, escudos e lanças. Em determinado momento anunciou-se que o comandante mouro havia sido morto. Esse fato abateu o moral dos mouros que se retiraram do campo de batalha, retornando à Espanha. Vitorioso, Carlos Martel salvou a Europa Centro-Occidental da investida muçulmana.</p>	

Posteriormente, o filho de Carlos Martel, Pepino, O Breve, que herdara do pai o cargo de prefeito de palácio, resolveu apoderar-se do trono franco. Em 751, enviou uma representação a Roma para saber sobre o posicionamento do papa Zacarias em caso de uma possível destituição do rei Childerico III, então no trono franco. O papa respondeu ser mais conveniente chamar de rei aquele que exerce efetivamente o poder, a fim de que não se perturbasse a ordem. Tendo o apoio tácito do papa, Pepino depôs Childerico III, sendo eleito rei pelos grandes senhores francos. Recebeu a unção de São Bonifácio em Soissons, por meio da qual também a Igreja o reconhecia rei dos francos.

Em 756, Pepino retribuiu o apoio da Igreja ao conduzir tropas à Itália, a fim de forçar os lombardos a ceder territórios que eram reivindicados pelo papa Estevão II, sucessor de Zacarias. Pepino venceu os lombardos, ficando a Igreja com uma larga área de terra que atravessava a Península Italiana, de Roma até Ravena, origem do Estado Pontifício ou República de São Pedro. Pepino morreu em 768, sendo sucedido por seus filhos Carlos e Carlomano. Este morreu logo depois, em 771, passando Carlos a governar sozinho.

Carlos, que ficaria conhecido como “O Grande” (Magno), dedicou-se a expandir e defender os domínios francos e o Cristianismo. Venceu os lombardos, tornando-se senhor da Itália setentrional (774); anexou a Saxônia (785) e a Baviera (778); dominou os ávaros da Panônia, região da atual Hungria (799), e combateu os muçulmanos, mantendo-os além dos Pirineus.

Em seus domínios, que se estendiam do Mar do Norte até a Península Italiana, e do rio Elba até Barcelona, Carlos Magno difundiu a fé cristã e estimulou a educação e a cultura, em um movimento que ficaria conhecido como Renascimento Carolíngio.

A expansão do reino franco só foi possível graças à sua organização administrativa e militar, superior a dos demais povos que se encontravam na Europa Centro-Occidental.

Os reis francos, à medida que expandiam seus territórios, instituíam em seus domínios o princípio da vassalagem. Os reis (suseranos) recompensavam com terras seus guerreiros, recebendo destes (vassalos) promessas de fidelidade. Com o passar do tempo, alguns vassalos do rei tornaram-se também suseranos ao concederem terras de seus domínios a pessoas de sua confiança ou ao acolherem proprietários de terras mais fracas sob sua proteção (recomendação). Os domínios dos senhores, normalmente autossustentáveis, espalhavam-se por todo reino, com diferentes dimensões.

No reinado de Carlos Magno, quando o sistema atingiu seu apogeu, havia no Império Carolíngio por volta de 300 condados, estes, por vezes, subdivididos. Neles viviam camponeses que, mediante diversas obrigações, recebiam proteção de seu senhor e podiam fazer uso da terra. Carlos Magno fomentou o princípio da vassalagem. Tinha sob seu controle direto os principais senhores (duques, marqueses e clérigos), determinando a estes que fizessem o mesmo com seus respectivos vassalos. Assim, deu forma a uma cadeia hierárquica por meio da qual controlava toda a população do império.



O princípio da vassalagem era muito útil e eficiente quando Carlos Magno ordenava a mobilização para uma campanha militar (mais de cinquenta durante seu reinado). Seus súditos, dentro dos diversos escalões, colocavam em prática planos e ordens prescritos nas “Capitulares”, o que dava origem a um forte aparato militar. As “Capitulares” eram leis que regulavam variados aspectos da vida social, econômica e jurídica do império franco (as leis estavam divididas em capítulos, dando origem à denominação “Capitulares”).

Carlos Magno não possuía um exército regular e permanente, mas, se necessário, ele podia convocar com presteza aproximadamente cinquenta mil homens. Consta nas Capitulares que os súditos, com algumas exceções (membros da Igreja e pessoas com determinados cargos públicos), deviam prestar serviço militar obrigatoriamente. Todos os proprietários de terras, de acordo com suas riquezas, eram também obrigados a fornecer, em determinado prazo, um número pré-estipulado de combatentes, víveres, equipamentos e armamentos para o esforço de guerra. Caso não cumprissem tais prescrições, estariam sujeitos a punições.

A convocação era feita de acordo com as necessidades de determinada operação militar, pois, se realizada de forma irrestrita, resultaria na ruína financeira do império, devido à falta de mão-de-obra. Sendo assim, não eram reunidos mais de 15 mil combatentes nas grandes campanhas.

Os exércitos de Carlos Magno eram compostos por cavaleiros e infantas. A cavalaria, dividida em leve e pesada, era a arma de elite, compondo cerca de um quinto do efetivo. A cavalaria pesada era recrutada entre os membros mais ricos da sociedade, capazes de adquirir os equipamentos necessários. O cavaleiro pesado armava-se com uma lança leve de madeira para combater montado, e uma espada comprida de cerca de um metro, de dois gumes, para lutar eventualmente a pé. Como proteção, usava cota de malha de couro ou de ferro, escudo e capacete cônico de ferro. A cavalaria leve era composta por homens que dispunham de recursos somente para adquirir sua montaria e armamento.

A infantaria era formada pelos súditos mais pobres, que se armavam com arcos, lanças, adagas, maças e machados. Se os infantas não tivessem recursos para conseguir tais armamentos, seus senhores deviam fornecer-lhes.

A instrução militar dos combatentes variava. Certamente os cavaleiros treinavam mais do que os infantas, pois esses, em virtude de sua faina, tinham pouco tempo para se preparar para a guerra.

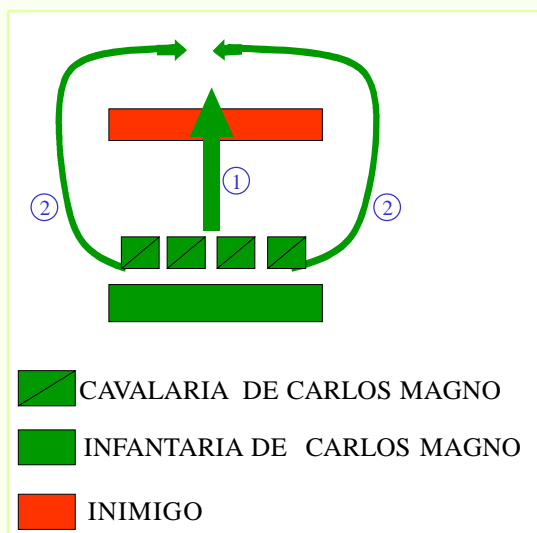
CAVALEIRO FRANCO



A eficaz mobilização e a pronta intervenção na região onde se deflagrara o conflito faziam parte da estratégia de Carlos Magno. Diante da convocação, os contingentes oriundos de diversas partes do reino reuniam-se em locais e datas pré-estabelecidos, já equipados e com os suprimentos que eram incumbidos de providenciar. Em virtude das provisões trazidas pelos senhores serem normalmente insuficientes para suprir a grande quantidade de homens e animais durante toda a campanha, Carlos Magno ordenava a suas forças que se deslocassem separadamente para a zona do conflito, a fim de fazerem uso dos recursos existentes ao longo dos diferentes itinerários. A pilhagem era proibida, mas requisitava-se dos habitantes locais suprimentos para o exército.

O deslocamento separado de seus exércitos também fazia parte da estratégia de Carlos Magno. Em sua campanha contra os ávaros, o monarca franco empregou dois exércitos que se dirigiram por diferentes itinerários à Panônia. Um, sob seu comando, partiu da Baviera e marchou seguindo o rio Danúbio; o outro, liderado pelo seu filho Pepino, deslocou-se pelo norte da Península Italiana. Encontraram-se no momento da batalha decisiva, surpreendendo o inimigo, que se viu envolvido pelas forças francas.

#### FORMA DE EMPREGO USUAL DE CARLOS MAGNO



Diferentemente de outros líderes germânicos, Carlos Magno procurava manobrar nas batalhas. Utilizando sua cavalaria, buscava romper o centro do dispositivo inimigo (1) ou desbordá-lo (2). A infantaria geralmente entrava no combate somente quando os ataques de cavalaria cessavam, no momento em que já ocorria uma luta desordenada. A perseguição ao inimigo derrotado era costumeiramente realizada pela cavalaria leve.

Carlos Magno era adepto das grandes ofensivas e das batalhas campais, não dava importância a guerra de sítio; por isso, tinha sérias dificuldades para conquistar cidades fortificadas. O assalto às fortalezas cabia à infantaria. Armas de cerco, quando utilizadas, eram improvisadas no local.

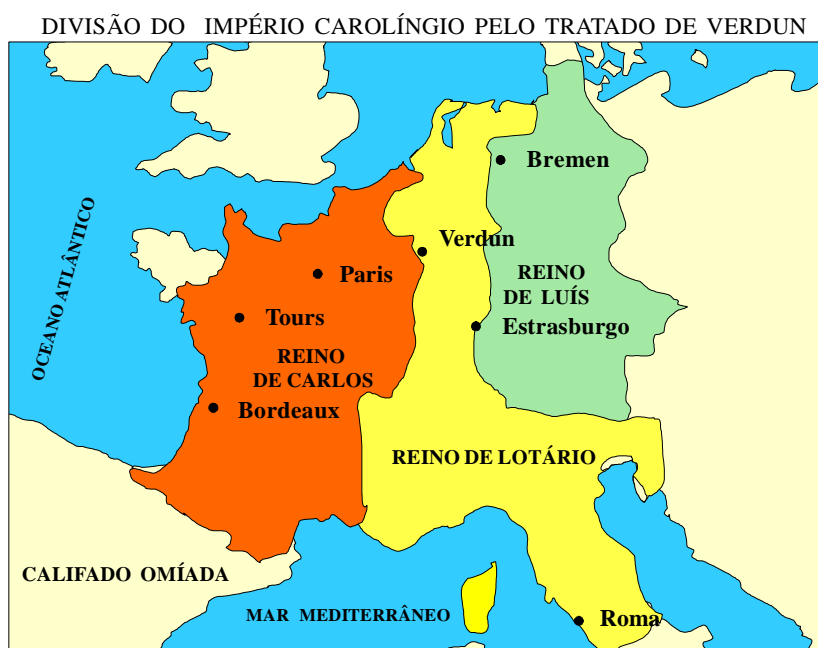
O imperador franco não se preocupou em fortificar suas fronteiras, preferindo estabelecer, nessas, as marcas (porções de terras administradas por marqueses, onde eram construídos postos de defesas rudimentares, com guarnições prontas para intervir em caso de emergência).

A população do império era compelida a combater devido às obrigações que tinham para com o soberano. Outros motivos, no entanto, induziam os súditos de Carlos Magno à luta. Havia o desejo de se propagar o Cristianismo; a ambição dos senhores de se apossar de novas terras, e a expectativa dos camponeses de terem participação nos butins resultantes das campanhas.

Carlos Magno proibia que seus combatentes realizassem o saque de maneira individualizada; ao final da campanha ele reunia os despojos, dividindo-os entre os que participaram da luta.

A rápida mobilização, a eficaz preparação logística, o espírito ofensivo, as estratégias e táticas de Carlos Magno, a eficiência e o equipamento da cavalaria pesada foram alguns dos elementos que asseguraram a superioridade franca na Europa Centro-Ocidental. Em 814, porém, Carlos Magno morreu. Foi sucedido por seu filho, Luís, o Piedoso, que governou sem a firmeza do pai. Luís faleceu em 840, em meio a lutas internas por territórios e poder desencadeadas por seus filhos Carlos, Lotário e Luís. Os três acabaram por dividir o Império Carolíngio em 843 (Tratado de Verdun).

Carlos ficou com o território ocidental, Luís recebeu a parte oriental e Lotário obteve o norte da Península Italiana e uma extensa faixa de terra que se prolongava entre os domínios dos seus irmãos, do norte da Itália ao mar do Norte. Os territórios de Carlos e Luís deram origem à França e à Alemanha, que ao longo de sua história disputaram os territórios de Lotário situados ao norte dos Alpes.



Nos novos reinos, ocorreu um progressivo enfraquecimento do poder central. Os senhores locais gradativamente aumentaram seu poder, passando a governar seus domínios com ampla autonomia. A descentralização do poder foi uma característica do sistema Feudal, que tomava forma na Europa.